

## COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

**REQUERIMENTO N º , DE 2008**  
**(Do Sr. JOÃO ALMEIDA)**

Solicita que sejam convidados os senhores Haroldo Lima, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo - ANP, Alan Kardec, Presidente da Petrobras Biocombustíveis, José Carlos Aguilera, Diretor-Presidente da Brasil Ecodiesel, Eduardo Sales, Diretor Agrícola da Comanche Biocombustíveis da Bahia Ltda, e Ricardo de Gusmão Dornelles, Diretor do Grupo Gestor do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), para participarem de Audiência Pública na Comissão de Minas e Energia com o objetivo de debater a atual situação do biodiesel no Brasil.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 24, inciso VII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário da Comissão em referência, sejam convidados os senhores relacionados abaixo, cujas respectivas empresas e órgãos representam, para participarem de Audiência Pública na Comissão de Minas e Energia com o objetivo de debater a atual situação do biodiesel no Brasil e o possível desabastecimento do combustível para mistura com o óleo diesel de origem mineral.

- Haroldo Lima, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo – ANP;
- Alan Kardec, Presidente da Petrobras Biocombustíveis;
- José Carlos Aguilera, Diretor-Presidente da Brasil Ecodiesel;
- Eduardo Sales, Diretor Agrícola da Comanche Biocombustíveis da Bahia Ltda;
- Ricardo de Gusmão Dornelles, Diretor do Grupo Gestor do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB).

### **JUSTIFICAÇÃO**

O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) é um programa interministerial do Governo Federal que objetiva a implementação de forma sustentável, tanto técnica, como economicamente, da produção e uso do biodiesel com enfoque na inclusão social e no desenvolvimento regional via geração de emprego e renda.

No entanto, os leilões promovidos pela Agência Nacional do Petróleo – ANP têm gerado preocupação ao governo, pois não está sendo possível aos produtores entregar expressivo volume do biodiesel negociado nos dois últimos leilões, fazendo com que o governo tenha de lançar mão de seus estoques estratégicos e, consequentemente, realizar mais leilões para suprir o volume do biodiesel intempestivamente utilizado. Ressalte-se que, além do atraso nas entregas do produto, outro problema corrente é a sua devolução, por parte das distribuidoras, por não apresentar a qualidade estabelecida pela ANP.

Com efeito, a crise que a empresa Brasil Ecodiesel enfrenta, a maior produtora de biodiesel do país com cinco unidades espalhadas pelo Brasil – quatro foram inauguradas com a presença do Presidente Lula - e também a maior supridora deste insumo à Petrobras, via leilões, abalou a tênue sustentabilidade do Programa. Recentemente, a referida empresa teve publicado no Diário Oficial da União o cancelamento dos contratos de venda arrematados nos dois últimos leilões, em um total de 63,6 milhões de litros, ficando impedida de participar do próximo certame e fragilizando o sistema regulador do produto.

A Petrobras, por sua vez, está disposta a liderar esse mercado no país, e sabe-se que a companhia está se lançando à produção de biodiesel em escala comercial com investimento inicial de R\$ 227 milhões. As primeiras usinas industriais estão sendo erguidas em Candeias (BA), Montes Claros (MG) e Quixadá (CE) e produzirão 171 milhões de litros de biodiesel por ano.

Como se não bastasse as dificuldades no fornecimento do produto, em 20 de março último, o "Diário Oficial" da União publicou a resolução nº 7 da ANP, onde foram estabelecidos vários critérios físicos e químicos para o biodiesel. Pelos parâmetros, o biodiesel produzido apenas com mamona é muito viscoso e, por isso, não pode ser usado diretamente nos motores, pois poderia danificá-los, o que não deixa de representar forte golpe nos pilares do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel e, consequentemente, no desenvolvimento dessa oleaginosa dentro do programa de agricultura familiar.

Dessa forma, considerando as dificuldades na produção desse insumo e um abastecimento intermitente do mercado interno, e considerando ainda que esse quadro poderá gerar incertezas no próprio PNPB, consideramos oportuno que esta Casa Legislativa, representada pela Comissão de Minas e Energia, tome conhecimento, em detalhes, das ações levadas a efeito pelas entidades em apreço, de forma a impedir a desestruturação desse importante segmento com sensíveis prejuízos à sociedade brasileira e ao meio ambiente.

Sala das Comissões, de outubro de 2008.

**Deputado JOÃO ALMEIDA  
PSDB/BA**